



A proposta original de Nelson Jobim (D) foi aprovada pelo relator José Clerot (C)

Uma medida provisória a cada dois dias

Em onze meses de governo, o presidente Fernando Collor baixou mais medidas provisórias do que o presidente José Sarney em um ano e quatro meses. Foram 148 contra 147. Às vésperas da aprovação de um projeto de lei complementar que limitará drasticamente o uso deste instrumento pelo Poder Executivo, um levantamento feito pela liderança do PSDB na Câmara dos Deputados mostra que apenas 26 das medidas editadas por Collor foram aprovadas sem alteração. Quase metade das medidas - exatas 73 - não foi votada pelo Congresso dentro dos trinta dias previstos pela Constituição.

A cada dois dias e meio, o presi-

dente Collor baixou uma medida provisória. Só no primeiro mês de governo, foram 33. Um levantamento da liderança do PSB prova que nem todos os assuntos eram relevantes e urgentes - condição básica para o uso das medidas provisórias. Quatro delas foram baixadas para criar o Instituto Brasileiro de Atividades Culturais. Duas trataram da nova organização da Secretaria de Ciência e Tecnologia. E a mais polêmica foi a de que pedia autorização para conceder um Opala Diplomata ao vice-presidente Itamar Franco.

Pelo levantamento do PSDB, apenas 72 das 148 medidas eram efetivamente urgentes e relevantes. As ou-

tras 76 propostas podiam ser enviadas ao Congresso através de projeto de lei. Isso justificaria a falta de disposição dos parlamentares em examinar e votar as medidas, forçando a reedição. Ao todo, foram 68 reedições. As regras para as mensalidades escolares e para a política salarial foram campeãs em sucessivas reedições. Apesar da oposição estar unida a favor do projeto do deputado Nelson Jobim (PMDB-RS), autor da limitação, o levantamento prova que o Legislativo foi, até agora, muito favorável ao Executivo. Apenas oito das 148 medidas foram derrubadas. E apenas uma vez, o Congresso devolveu uma medida ao presidente Collor, negando-se a examiná-la.